

APONTAMENTOS DIFUSOS SOBRE CIDADANIAS E GLOBALIZAÇÃO

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt
FEP, UP

INTRODUÇÃO

Quando estudamos a cidadania, em geral e nas múltiplas dimensões que pode assumir nos diferentes contextos históricos e sociais, somos levados a oscilar entre o livre arbítrio individual e o determinismo social, entre a vontade individual de viver e as condicionantes da realidade envolvente em que se insere. A importância relativa atribuída a cada uma dessas determinantes depende de múltiplos factores mas temos de ter em conta que as duas vertentes referidas estão sempre presentes e que elas são uma simplificação da diversidade de leituras que qualquer proximidade ao concreto exige e aconselha.

Quando falamos da possibilidade de cada um existir da forma que melhor lhe aprouver estamos a lançar as pistas para a compreensão da diversidade entre os cidadãos. O mais significativo são as diferenças de cidadania (de posicionamento social, de inclusão/exclusão, de recursos económicos, de concepções e práticas sociais, de leituras do eu e dos outros, enfim as infinitas especificidades do indivíduo). Não existe o padrão, não existe a expressão da “natureza humana”. O cidadão modelo ou representativo ainda tem menor capacidade interpretativa que as características médias da cidadania: é uma abstracção vazia de significado.

Quando falamos das determinantes sociais estamos a explicitar os condicionalismos às práticas individuais, as fronteiras dentro das quais a existência individual se tende a situar, as normas económicas, políticas, culturais, ideológicas, simbólicas, enfim sociais, que balizam as dinâmicas individuais. Sendo a sociedade desigual essas fronteiras também se manifestam de forma desigual, mas as componentes de uniformização tendem a superar as de diferenciação.

Neste modelo simplificado a cidadania é a síntese dessas duas dinâmicas. É a diversidade individual dentro dos limites traçados pelo contexto social, simultaneamente construído pelos homens e construtor dos homens.

O que pretendemos fazer nestes breves apontamentos é referir essas diferentes dinâmicas, tentando eventualmente encontrar alguns desses elementos de síntese.

TEMPO, PROJECTO E LIBERDADE

As práticas das comunidades e dos indivíduos que as constituem revelam uma certa concepção do tempo¹. Esta é parte integrante da sua cultura e molda as suas condutas, reflectindo-se nas acções e na linguagem, nas estratégias de sobrevivência e nos símbolos. A ligação do homem à natureza reforça a importância do tempo circular, para utilizar a terminologia de (BOUTINET 1990), isto é, das práticas que se repetem ao longo dos diversos períodos de tempo formal ou informal: da sequência dos acontecimentos diários às actuações próprias de cada estação; da repetição dos actos religiosos aos ritualismos da morte. É uma circularidade que se impõe aos homens

¹ Às setas termodinâmica, cosmológica e psicológica de que fala HAWKING (1988) podemos acrescentar a seta sócio-antropológica.

independentemente deles, como nos lembra magnificamente Sophia de Mello Breyner Andresen:

"Quando o meu corpo apodrecer e eu for morta
Continuará o jardim, o céu e o mar,
E como hoje igualmente hão-de bailar
As quatro estações à minha porta."

Com este tempo coexiste um tempo linear, um tempo que não se repete, um tempo que é, em grande medida, construído por nós, um tempo que se projecta no futuro, que se constrói à medida que o construímos. As grandes obras humanas exigiram a valorização deste tempo². Tais empreendimentos não podem correr ao sabor do fortuito, seja pela diversidade interligada das suas componentes, seja pela quantidade de recursos que envolve, seja ainda porque há a assumpção de que aqueles são escassos. O desenvolvimento científico e tecnológico, o crescimento das «ciências sociais», fazem com que esta situação se verifique em múltiplos acontecimentos: da construção de máquinas às políticas de desenvolvimento, das linhas de produção fabris à montagem e gestão de empresas, da criação de laboratórios e investigações científicas ao curso de formação, em muitas outras situações com que nos defrontamo-nos todos os dias. Esta importância crescente do tempo linear socializa-se através da escolarização obrigatória: o tempo da criança passa progressiva e crescentemente a ser moldado pelos objectivos a atingir.

Os tempos circular e linear continuam a coexistir, mas por razões objectivas e subjectivas o último tende a dominar a existência humana, particularmente nas sociedades judaico-cristãs onde o capitalismo está forte e dominantemente instalado. O quotidiano é comandado por uma lógica de projecto: o presente construído com o futuro que se pretende atingir, a percepção dos caminhos a percorrer para o atingir, a linearidade do tempo e a sua correspondente irreversibilidade. E é no projecto que assenta a liberdade individual, reflectido na filosofia contemporânea. Heidegger e Sartre são dois autores que consagraram algumas das suas obras fundamentais nesse misto de interpretação da existência humana e de explicitação do que deve ser o homem moderno.

Recordemos Heidegger (2005) para quem o projecto é uma categoria fundamental da sua filosofia³:

"Por que a compreensão, em todas as dimensões essenciais do que nela se pode abrir, sempre conduz às possibilidades? Porque, em si mesma, a compreensão possui a estrutura existencial que chamamos de *projeto* (...). A compreensão projeta o ser da pre-sença para a sua destinação (...) de maneira tão originária como para a significância, entendida como mundanidade de seu mundo. O carácter projetivo da compreensão constitui o ser-no-mundo no tocante à abertura do seu pre, enquanto pre de um poder-ser. O projeto é a constituição ontológico-existencial do espaço de articulação do poder-ser de fato. E, na condição de lançada, a pre-sença se lança no modo de ser do projeto. O projetar-se nada tem a ver com um possível relacionamento frente a um plano previamente concebido, segundo o qual a pre-sença instalaria o seu ser. Ao contrário, como pre-sença, ela já sempre se projetou e só é na medida em que se projeta. Na medida em que é, a pre-sença já se compreendeu e sempre se compreenderá a partir de possibilidades. O carácter projetivo da compreensão diz, ademais, que a perspectiva em função da qual se projeta apreende as possibilidades mesmo que

² As obras de construção civil exigiram, desde muito cedo, o "projecto arquitectónico".

³ Trata-se de uma cuidada edição brasileira e nós respeitámos a escrita aí adoptada. A palavra alemã «Dasein» é considerada por vezes intraduzível. Nesta edição é traduzida por pre-sença.

não o faça tematicamente. Essa apreensão retira do que é projetado justamente o seu carácter de possibilidade, arrastando-o para um teor dado e referido, ao passo que, no projetar, o projeto lança previamente para si mesmo a possibilidade como possibilidade e assim a deixa *ser*. Enquanto projeto, a compreensão é o modo de ser da pre-sença em que a pre-sença é as suas possibilidades enquanto possibilidades.” (200/01)

(...)

O *projeto* pertence à constituição ontológica da pre-sença: do ser que se abre para o seu poder-ser como compreensão. A pre-sença *pode-se* compreender tanto a partir do "mundo" e dos outros entes, quanto a partir de seu poder-ser mais próprio. Esta última possibilidade diz: a pre-sença abre-se para si mesma em seu poder-ser mais próprio e como tal. Esta abertura *própria* mostra o fenómeno da verdade mais originária no modo da propriedade. A *verdade da existência* é a abertura mais originária e mais própria que o poder-ser da pre-sença pode alcançar. Ela só poderá receber sua determinação ontológico-existencial no contexto de uma análise da propriedade da pre-sença.” (290)

Sartre (1993) não utiliza tão frequentemente o conceito de projecto mas a sua concepção de liberdade está estreitamente ligada a aquele: “fazer”, “acção”, “intenção”, “escolha intencional do fim”. “Podemos dizer desde já que o projecto fundamental que sou é um projecto referente não às minhas relações com tal ou tal objecto particular do mundo, mas ao meu ser-no-mundo em totalidade, e que – visto que o próprio mundo não se revela senão à luz de um fim – este projecto estabelece como fim um certo tipo de relação ao ser que o para-si quer manter”. (477).

Não dependerá esse projecto do contexto em que se insere? Sartre considera que é exactamente o contrário: é o projecto que determina o contexto, como o afirma em frase que sintetiza longa reflexão sobre o assunto:

“Na verdade convém aqui inverter aqui a opinião geral e admitir que não é a dureza de uma situação ou os sofrimentos que ela impõe que são motivo para que se conceba um outro estado de coisas em que tudo correria melhor para toda a gente; pelo contrário, é a partir do dia em que se pode conceber um outro estado de coisas que uma nova luz cai sobre as nossas aflições e os nossos sofrimentos e *decidimos* que eles são insuportáveis.” (435).

Segundo estas concepções os cidadãos estão condenados a serem livres, a definirem projectos e a construírem objectivos que dão significado à sua existência. A existência colectiva, se é legítimo utilizar esta designação, é o resultado dos encontros e desencontros desses projectos individuais.

GLOBALIZAÇÃO

Mesmo admitindo, numa lógica estritamente individual, solipsista, esta “condenação” a ser livre, a informação disponível para a concepção do projecto, os conhecimentos e sentimentos influenciando a ideia do futuro, o peso relativo atribuído ao tempo linear em relação ao circular, a passagem da concepção do projecto à sua concretização, dependem de múltiplos factores que podem ser designados genericamente por fase histórica vivida e posição individual dentro das relações sociais existentes.

Por isso continua a fazer todo o sentido percebermos qual é a realidade social actualmente existente e qual é o posicionamento dos diversos cidadãos nessa correlação de forças. Concentremo-nos pois na realidade social vivida desde os anos 80 do século passado, período em que se acelera a mundialização da sociedade em resultado de importantes transformações tecnológicas, em que ganha crescente força as concepções

neoliberais, em que se reforça a hegemonia mundial do capitalismo, em que a economia passa a ter algumas das características em que ainda hoje vivemos⁴.

Uma constatação prévia: continuamos a viver em capitalismo, onde uns têm a liberdade de serem empreendedores e outros têm a liberdade de trabalharem, onde uns têm a liberdade de viver e outros de sobreviver. Um capitalismo fortemente centralizado (imperialista na terminologia de alguns, imperialista porque depois das intervenções militares à margem do direito internacional, parece ser dirigido por um “império”) em termos geográficos e empresariais.

E quais são os aspectos “novos” do capitalismo mundial contemporâneo, do ponto de vista económico, que são mais relevantes para esta nossa análise?

Podemos sintetizar nos seguintes pontos⁵:

- Há um aumento da importância do investimento directo estrangeiro, que se manifesta de forma desigual, ao mesmo tempo que se verificam alterações qualitativas na expressão regional, nas formas de relacionamento entre as empresas e na importância das fusões-aquisições. As empresas multinacionais continuam a ter um papel decisivo nesse processo, para o que assumiram novas formas de organização e funcionamento, reforçando a sua gestão à escala mundial. Tende-se para uma situação em que alguns conselhos de administração de multinacionais serão capazes de decidir da evolução da economia mundial.
- Os movimentos migratórios em muitos aspectos continuam a ter dinâmicas similares à que sempre tiveram – marcadas pelas conjunturas do capitalismo central (abundância/carência de mão-de-obra; dinâmicas verticais, ascendentes ou descendentes, entre segmentos de força de trabalho; dinâmica demográfica; políticas económicas e sociais, etc.) – mas intensificam-se com os processos de integração económica e social que, de alguma forma, se tornam mais habituais no período em análise. Simultaneamente há indícios de uma forte intensificação dos movimentos clandestinos e o aparecimento de escravatura, situação que muitos julgariam definitivamente erradicada do nosso planeta.
- Aumentam as desigualdades económicas. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento gerou desenvolvimento o subdesenvolvimento gerou subdesenvolvimento, e em termos de países aumentaram as diferenças estruturais entre eles. E nem algumas excepções são capazes de fazer esquecer esta dura e dramática realidade. Essas diferenças podem ser justificadas através da participação ou não nas dinâmicas do mercado mundial. Ao mesmo tempo existem fortes indícios de que as desigualdades sociais dentro dos países também tendem a aumentar, gerando desarticulações, desintegrações e marginalizações. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado.
- Há uma fortíssima financeirização mundializada da economia. É na importância, diversidade, mobilidade, propriedade, controlo e organização dos *mercados financeiros* que se encontra o principal traço diferenciador da globalização em relação a todos os períodos precedentes. O PIB da economia mundial e dos diversos países surgem como verbas ridiculamente pequenas ao lado das movimentações financeiras diárias. A aparência é que tudo gira em torno dos mercados financeiros, verdadeiros “buracos negros” do sistema económico mundializado. Uma aparência tornada símbolo. Ao mesmo tempo que se verifica esta situação há um aumento da importância relativa do capital fictício no capital

⁴ É a este período, a esta fase da mundialização, que designamos por globalização.

⁵ Para mais pormenores e justificações ver PIMENTA (2004).

financeiro, isto é das movimentações de capital-dinheiro e de crédito totalmente desligadas da dinâmica dos processos agrários, industriais e de serviços, actividades produtivas.

- A acompanhar todo este processo, ora impulsionando-o ora sendo impulsionada, há a construção e propagação de uma ideologia neoliberal que, assumindo formas religiosas, sustenta a actual relação entre os homens sem rupturas irreparáveis.
- Todos estes processos também são políticos. Sem dúvida que o papel dos Estados modificou-se e que as correlações de força hoje são outras, mas a desregulamentação social e a hegemonia dos «mercados», assim como o pouco défice estatal, a desprotecção social e a fiscalidade ligeira têm sido decisões políticas, o Estado tem tido um papel importante em diversos países que são partes integrantes do sistema capitalista mundializado (veja-se os “tigres asiáticos”, a China e, como diz um autor, a aldeia global tem um castelo onde coabitam abrigados das populações e dos votos, o FMI, o BM e a OMC. Além disso convirá não esquecer que este período tem sido marcado por importantes conflitos militares que são partes integrantes do processo.

CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO

Que relações se podem estabelecer entre esta realidade social condicionadora do querer e poder individuais e os princípios de liberdade consubstanciados na lógica de projecto? Se admitíssemos que os comportamentos individuais sem qualquer tipo de constrangimento, ou sempre capazes de os superarem, são as principais forças de transformação do mundo, poderíamos encarar com optimismo o futuro e, como em qualquer outra religião, cantar hossanas ao deus mercado, regozijarmo-nos por cada homem ser capaz de romper a fome, a ignorância, a marginalização, a condição subhumana, as amarras da circularidade da sobrevivência e da morte, rirmo-nos pela religião neoliberal garantir um mundo melhor para todos, não depois da morte, não numa eternidade instantânea, mas durante a vida de todos nós. E ao assumirmos esta posição não poderíamos deixar de contribuir com uma dízima para quantos contribuem para mostrar a superioridade humana da fé – quantas vezes trajada académica e cientificamente – em relação à racionalidade impiedosa da ciência.

Contudo não nos parece ser essa a “verificação empírica” que nos tem sido mostrada e que tentámos explicitar no ponto anterior: as hossanas são dos vencedores da globalização e as côdeas ressequidas dos milhões de cidadãos marginalizados e mortos⁶. A globalização, com as características que referimos, contribui para o reforço da lógica de projecto, para a supremacia do tempo linear, para a relevância do comportamento individual, mas simultaneamente para a marginalização de uma elevadíssima percentagem da população mundial, para a concentração do poder de decisão à escala mundial e à margem de qualquer confrontação “democrática”, distanciando geográfica e socialmente os causadores das situações nefastas e os afectados, diluindo a responsabilidade individual no chamado “funcionamento do mercado”.

Por um lado o aumento da importância relativa da sociedade internacional em relação à sociedade nacional dilui a organização e a responsabilização:

“forçoso é constatar que a sociedade internacional possui um relativo baixo índice de organização porque os actores principais – os Estados e, cada vez mais, as organizações internacionais – são entes políticos complexos, em número limitado, díspares, actuando num regime de auto-tutela dos seus interesses, e

⁶ Em 2000, 19% da população mundial tem menos de 1 dólar por dia.

compostos por seres humanos que, não obstante os avanços culturais e materiais historicamente verificados, vivem sob circunstâncias básicas que geram comportamentos contraditórios.” (ROCHA-CUNHA, 2005, 176)

Por outro, concomitantemente, aumenta a tensão entre o capitalismo e a democracia, ainda mais entre a globalização e a democracia:

“na medida em que aquele [capitalismo] tende a estender-se em termos que acabam, de uma forma ou de outra, por sufocar o sentido normativo da democracia do Estado de Direito, despolitizando e esvaziando de conteúdo a esfera pública, que para uma teoria crítica da sociedade é instância onde se manifesta o mundo da vida.” (243)

Habermas tem razão quando “clama contra a colonização do mundo da vida pelo mundo sistémico, nomeadamente pelos subsistemas político e económico” (242):

“qualquer identidade colectiva tem de estar fundada na consciência da igualdade de oportunidades de participação nos processos comunicativos que, sob a forma de contínua aprendizagem, estabelecem e formam a identidade colectiva, gerando normas e valores, rememorando criticamente a tradição e prospectando o futuro.” (244)

GLOBALIZAÇÃO E ECONOMIA SUBTERRÂNEA

Se todas estas considerações nos conduzem para a constatação de que existe uma concordância entre projecto e liberdade para uma minoria e um conflito para uma maioria, esta colisão contra a cidadania e a vida reforça-se com um aspecto da globalização que ainda não referimos.

Constatámos que o aumento da importância dos mercados financeiros é uma das características decisivas da globalização, com crescente importância do capital fictício. Oras essas operações económico-financeiras são improdutivas, isto é, por mais importantes que sejam para a reprodução do sistema económico-social, por mais úteis que sejam para as empresas e os indivíduos, não criam produto, redistribuem produto. Redistribuir produto na escala que actualmente se faz nos mercados financeiros exige que haja produto novo criado, de montante elevado e sob a forma monetário-creditícia, que possa ser orientado para os mercados financeiros.

A hipótese que formulamos, fortemente plausível, é que as formas capitalistas tradicionais de apropriação de valor acrescentado novo – mais-valia criada nos sectores produtivos, a que se acrescentou a precarização do trabalho e o retorno das formas ilegais de “emprego”; apropriação de uma parte das riquezas e do rendimento das economias subdesenvolvidas, refinada pela mundialização – e as suas formas novas – sobretudo através da gestão empresarial à escala mundial e da apropriação privada da segurança social – são insuficientes para garantir o funcionamento dos mercados financeiros e para explicar a recuperação que conseguiram nos períodos de crise. Essa insuficiência é superada pelo aumento da *economia subterrânea*, pela ligação entre esta e os mercados financeiros.

Porque esta relação estreita entre reprodução da globalização e economia subterrânea é um aspecto crucial, esclareçamos três pontos:

1. O que pretendemos designar por “economia subterrânea”?

Depois do trabalho da OCDE sobre estas temáticas (2002) a designação de “economia subterrânea” é frequentemente aplicada a actividades económicas que visam a fuga ao fisco. Nada tendo contra a fixação de significado segundo os critérios mais diversos, consideramos que para a generalidade das pessoas economia subterrânea tem um significado mais amplo, aproximando-se do que o referido trabalho identifica por “economia não registada” por razões imputáveis à natureza das operações.

“Alguns sectores de actividade pertencem em grande percentagem à economia subterrânea. São os casos da droga (produção agrícola, transformação industrial, armazenamento e transporte, comercialização) e das actividades de guerra (produção, armazenamento, transporte e comercialização de armamento; prestação de serviços de assessoria militar e actividade de mercenários). São as tradicionais actividades de contrabando de todo e qualquer bem que dessa forma contorna os impedimentos legais e foge ao pagamento de taxas e impostos diversos. São igualmente os movimentos clandestinos de mão-de-obra a que fizemos anterior alusão. São o roubo, armazenamento, transporte e comercialização de órgãos humanos. São as burlas informáticas e de telecomunicações. Eis alguns exemplos, entre muitos outros. (...) Alguns sectores de actividade tanto podem pertencer à economia subterrânea como à economia formal. Em quase todas as indústrias transformadoras, particularmente as que utilizam baixa tecnologia e mão-de-obra intensiva – vestuário, calçado, por exemplo – há empresas constituídas legalmente e outras que o fazem à margem da lei, frequentemente utilizando mão-de-obra clandestina e trabalho infantil, com horários de trabalho muito superiores ao permitido, com condições de higiene e segurança deficientíssimas, sem qualquer segurança social. Estas actividades chegam a assumir em alguns países uma grande importância. (...) Actividades como o transporte e armazenamento de resíduos tóxicos tanto se desenvolvem em ambientes legal como ilegal. Algumas actividades subterrâneas são o complemento das actividades legalmente constituídas. É a fuga aos impostos, é o não cumprimento das actividades sociais a que estão vinculados, é a «compra de favores» e a corrupção. É o não cumprimento com as normas ambientais e as práticas poluidoras. Eis alguns exemplos entre muitos outros.” (PIMENTA, 2004, 248/9).

Sabemos que a sua importância relativa oscila entre 5% e 30% do PIB legal nos países desenvolvidos e é maior, mas por razões radicalmente diferentes, nas economias subdesenvolvidas.

2. Como é que a relação entre economia subterrânea e mercados financeiros se realiza?

Havendo empresas legais que trabalham com a economia institucional e a economia subterrânea, há sempre a possibilidade de passagem de um para o outro espaço, assim como o há através de sequências não verificáveis de operações, mas o sistema económico-social criou instituições específicas, para o efeito, *centros financeiros off-shore* (CFO). Estas regiões geograficamente limitadas, com legislação própria visando a atracção de capitais, com procedimentos de anonimato justificados pela liberdade de movimento de capitais, são instituídos por países do centro do capitalismo, sendo a Grã-Bretanha o principal. Todos os bancos realizam, directa ou indirectamente, operações nos CFOs. Apesar da forte confidencialidade ainda estão estruturados em três níveis (primários, secundários e de simples domiciliação), o que tende a diluir ainda mais o registo de qualquer operação.

Quase seria escusado recordar que a importância destes centros financeiros tem aumentado.

3. Quais as causas da “economia subterrânea”?

Como já tivemos oportunidade de salientar

“As razões imediatas para a existência de actividades subterrâneas são muitas e muito diferenciadas: dinâmica da actividade económica, legislação e enquadramento institucional às actividades económicas, moralidade vigente e práticas sociais, educação e formação da população, políticas económicas implementadas, etc. Mesmo antes da globalização existiram razões para o

aparecimento de algumas actividades subterrâneas e estas não deixaram de se manifestar. Contudo a globalização conduziu ao aparecimento de novas actividades subterrâneas, dinamizou outras e criou um contexto global favorável ao seu crescimento. Um crescimento que tem um dupla faceta de (i)legalidade:

– Por um lado a economia subterrânea é muito frequentemente ilegal e associa-se estreitamente à alta criminalidade.

– Por outro lado tem mecanismos próprios de tentar ultrapassar essa ilegalidade, ganha um certo estatuto social e encontra na liberdade de movimento de capitais o canal de passagem da ilegalidade para a legalidade.” (PIMENTA, 2004, 249/50)

O que é particularmente interessante é o tipo de explicações que hoje são frequentemente apresentadas: tudo o que limita a liberdade individual dos investidores justifica a passagem à economia subterrânea. Como se a vivência em sociedade deixasse de ter regras, como se deixassem de existir princípios éticos e normas a serem respeitados por todos.

IMPERATIVO ÉTICO E EDUCAÇÃO

Retomando a relação entre a globalização e a cidadania, constatamos que para além do conflito anteriormente referido existe um outro: a degenerescência das relações éticas na sociedade contemporânea. Por isso continuamos a considerar particularmente importante o que tivemos oportunidade de referir noutra ocasião:

“o entrelaçamento orgânico e indispensável entre globalização e economia subterrânea coloca a questões éticas num primeiro plano. Questões éticas que não surgem por um qualquer imperativo categórico explicitado por um conjunto de princípios filosóficos ou religiosos, mas porque alguns dos valores essenciais da humanidade foram postos em causa e tal gerou agravamento das desigualdades, exploração desenfreada. (...) Provavelmente muitos dos nossos compatriotas desta “aldeia global” pouco saberão sobre a globalização, terão tendência para considerar como inevitável a dinâmica actual das sociedades, mas aceitarão combater o tráfico de órgãos humanos, a produção e comercialização das drogas, os negócios de guerra, a candonga na eliminação dos lixos tóxicos, a escravatura humana, a corrupção. *A frente ética de luta contra a globalização é socialmente bastante mais ampla que a luta económica contra os efeitos nefastos desta mundialização ou contra a sociedade capitalista que a gera.*” (PIMENTA, 2005,72).

Esta é uma batalha fundamental de defesa da cidadania.

Uma batalha que não surge espontaneamente nos indivíduos e na sociedade; que é fortemente assimétrica na força social dos intervenientes e nas metodologias de combate; que se processa no longo prazo com um forte dispêndio de energia. Uma batalha que tende a ser sistematicamente desequilibrada porque a força do capital é bem mais poderosa e matreira que a força da razão ética.

A reconstrução do tecido social assente na ética exige uma forte intervenção social, um combate político, uma luta corajosa de todos quantos a defendem. Exige uma educação universal, científica, crítica, imaginativa, livre, irreverente, sem subserviência a ideias e poderes, com a participação e vigilância de todos nós, em todos os níveis de ensino.

Do Estado só poderemos esperar o que a luta dentro e fora dele permitir, pois mais não é que a expressão político-institucional da correlação de forças social, e esta pouco tem a ver com a ética e o respeito pelo Homem, ou não estivéssemos em globalização.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BOUTINET, JEAN-PIERRE. 1990. *Anthropologie du Projet*. Paris: PUF.
- HAWKING, STEPHEN W. 1988. *Uma Breve História do Tempo. Da Grande Explosão aos Buracos Negros*. Translated by R. FONSECA. Lisboa: Circulo de Leitores.
- HEIDEGGER, Martin. 2005. *Ser e Tempo*. Translated by M. S. C. Schuback. 13ª e 14ª ed. 2 (Partes I e II) vols. Petrópolis: Editora Vozes.
- OCDE. 2002. *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook*. OCDE
- PIMENTA, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- . 2005. Globalização: desafios económicos e éticos. In *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*, edited by S. d. ROCHA-CUNHA. Évora: Instituto Superior Económico e Social.
- ROCHA-CUNHA, Silvério da. 2005. Trabalhos de Sísifo do direito e da política no actual labirinto da sociedade mundial. In *Política, Cidadania & Cultura numa Era Global*, edited by S. d. ROCHA-CUNHA. Évora: Instituto Superior Económico e Social.
- SARTRE, JEAN-PAUL. 1993. *O Ser e o Nada*. Lisboa: Circulo de Leitores.